MOCAMBOS NA GRANDE CASA AMARELA: A PATRIMONIALIZAÇÃO DE REMANESCENTES DOS QUILOMBOS URBANOS

Pollyana Calado de Freitas [1]
Jonas Augusto Rodrigues Lopes dos Santos [2]

RESUMO

Ao compreendermos o Patrimônio Cultural como instrumento político, de engajamento e de emancipação social, é possível evidenciar comunidades silenciadas e esquecidas das narrativas oficiais. Desse modo, visando novos futuros, o Coletivo "Casa Amarela é O bairro" produziu o Inventário Participativo do Patrimônio Material de Casa Amarela, no qual foram elencados bens materiais que constroem a identidade cultural do bairro, sendo por ora apresentado o patrimônio resultante da conquista popular, o Mocambo.

*

Casa Amarela é O bairro

O Coletivo *Casa Amarela é O bairro* é uma iniciativa de moradores que buscam registrar e difundir a história, a memória e o cotidiano do bairro, através do ensino de história local não formal realizado, principalmente, nas redes sociais, de forma colaborativa e participativa. Assim, são propostas ações de reconhecimento, valorização, preservação e extroversão do patrimônio cultural do bairro. De forma que apresentamos parte do Inventário Participativo do Patrimônio Material de Casa Amarela realizado pelo coletivo, com o incentivo da Lei Aldir Blanc 2021[3].

O tradicional bairro de Casa Amarela, localizado na Zona Norte

1 Graduada em História, mestra e doutoranda em Arqueologia (Museu Nacional/UFRJ). Moradora de Casa Amarela e membra do Coletivo Casa Amarela é O bairro @casaamarelaeobairro. E-mail: pollycaladohistoria@hotmail.com

2 Graduado em História e graduando em Rádio, TV e Internet (UFPE). Morador de Casa Amarela e membro do Coletivo Casa Amarela é O bairro @casaamarelaeobairro. E-mail: jonasaugusto.santos@yahoo.com

3 O Inventário Participativo do Patrimônio Material de Casa Amarela está disponível em:<https://drive.google.com/file/d/1CVac4Di-wYtttrg2VypnFlcoaXGZIW0z/view>

do Recife, capital do Estado de Pernambuco, conhecido entre os jovens como *Yellow House*, é historicamente marcado como reduto de luta e resistência social. Sua formação está intimamente relacionada à conjuntura sociopolítica brasileira do século XIX, a qual gestou as favelas das principais capitais do país de maneira que, para conhecer a origem do bairro faz-se necessário compreender processos históricos que transformaram significativamente os rumos do Brasil, como a importação do discurso higienista da Europa a partir de meados do XIX, a abolição da escravatura em 1888 e a Proclamação da República em 1889. A primeira imita hábitos, costumes e discursos para implantar leis sanitaristas; a segunda altera as relações de trabalho, pondo fim oficialmente ao trabalho escravizado; a última altera o modelo governamental, rompendo com a monarquia e instituindo a figura do Presidente. De maneira que, esses três pilares respingam diretamente na forma de pensar e gerir as cidades e resultaram em um intenso processo de exclusão social, com raízes coloniais e escravocratas, que intensificou suas mazelas sociais com a instalação tardia da indústria brasileira e sua brusca transformação no perfil socioeconômico da população.

Antecedentes

O Recife, como uma das principais capitais brasileiras, correu para imitar elementos do país que era tido como referência civilizatória, a França, transformando significativamente o cotidiano da sociedade. A baixa qualidade de serviços de infraestrutura básicos (água, transporte, esgoto e iluminação pública) passou a ser interpretada como graves problemas urbanos que comprometiam a saúde pública. Assim, a urbanização esteve a serviço da racionalização médica com o objetivo de disciplinar os hábitos.

Nesse contexto nasce Casa Amarela. Dois fluxos migratórios foram responsáveis pelo povoamento do território que formou o bairro. O primeiro se deu com a limpeza étnica promovida no centro do Recife, no início do século XX, com a destruição dos mocambos, fazendo com que os indivíduos adentrassem a cidade e ocupassem os morros da Zona Norte. O segundo, por sua vez, foi composto por indivíduos, sobretudo da zona da mata norte, que tiveram suas trajetórias vinculadas à atividade da cana-de-açúcar, que, com todos os problemas sociais decorrentes dela, migraram para o

Recife em busca de condições de sobrevivência. À época, o local era um povoado denominado de Arraial e fazia parte da Freguesia do Poço da Panela, uma das onze freguesias do Recife. Com a densidade populacional dos morros e as organizações sociais dos moradores, o Arraial deu origem à Casa Amarela. A denominação Arraial, a propósito, é de origem militar, devido à construção do Forte Arraial Velho do Bom Jesus[4], no século XVII.

Nestas circunstâncias, os migrantes ao ocupar os morros, altos e córregos que constituíram Casa Amarela, materializaram um modo de vida através de fazeres e saberes no campo da luta e da resistência, uma vez que os estigmas da periferia sempre os colocaram no lugar da disputa, principalmente por moradia.

Até o ano de 1988, Casa Amarela correspondia ao bairro mais populoso do Recife, com uma área total de cerca de 400 hectares e aproximadamente 500 mil habitantes. Era "a maior área popular urbana do Nordeste e uma das maiores do País em densidade demográfica" (VENTURA; MONTENEGRO, 1988, p. I). Configurando um grande conjunto urbano que abrigava o centro, vários morros, altos, becos e córregos, constituindo o maior colégio eleitoral do Recife, e, segundo seus moradores, "uma cidade dentro da cidade".

Com grande dimensão territorial e expressivo número populacional, em 1988, o bairro de Casa Amarela foi desmembrado através da Lei municipal nº 14.452/88, sendo suas comunidades transformadas em bairros administrativamente independentes. Somado a outra lei municipal de nº 16.719/01, conhecida por "Lei dos Doze Bairros", que proibia a construção de prédios com mais de 20 pavimentos em 12 bairros que circundam a parte plana de Casa Amarela, o espaço que a compreendia aquela que já foi a maior área popular urbana do Nordeste teve sua paisagem extremamente impactada. Isto porque, com a divisão administrativa perdeu seus baixos índices sociais e se tornou atrativo para a migração desses prédios, promovendo um desordenado crescimento na especulação imobiliária, o que resultou em um processo de gentrificação.

Aporte teórico metodológico

Sob a luz da Arqueologia Comunitária compreendemos a dimensão sociopolítica do fazer arqueológico, de modo que a ferramenta do

4 Forte português construído em 1630, em resistência ao domínio holandês (1630-1654). Após escavações arqueológicas e sua evidenciação, foi tombado pelo IPHAN em 1974.

Inventário participativo proposta pelo IPHAN se apresentou como bastante útil ao bairro, uma vez que este é definido como uma metodologia de Educação Patrimonial que visa o engajamento das comunidades a partir do reconhecimento e registro das suas referências culturais.

A arqueologia ao analisar sistemas socioculturais através de dimensões interrelacionadas que são elas forma, espaço e tempo, como pontuou Lima (2011), abre o debate sobre o lugar que a cultura material ocupa no jogo social, podendo ela afirmar, negar e ludibriar negociações. Esse entendimento exige discutir a maneira como o profissional interpreta a materialidade, sabendo que sua vivência atravessa a dimensão política do bem. Assim, a arqueologia é entendida como uma profissão sociopolítica, que ao criar narrativas acerca de um patrimônio o politiza podendo contribuir ou não com a comunidade a ele relacionada.

É exatamente dentro do viés comunitário e público que a ciência defende a presença da comunidade em todas as etapas de um projeto, desde seu planejamento até sua finalização. Para que discursos sobre uma determinada comunidade não sejam construídos na ausência desta. Além de compreender que independente da formação técnica dos profissionais envolvidos, cabe à comunidade reconhecer seus patrimônios, negando uma prática há muito executada de alfabetização cultural.

É importante dizer que pensamos o patrimônio cultural a partir da definição da Constituição Brasileira de 1988, mas não podemos perder de vista que a patrimonialização de um bem seja material ou imaterial perpassa por uma negociação política.

Assim, partindo da proposta do IPHAN montamos uma equipe de técnicos formada por moradores do bairro. A partir do Instagram aplicamos questionário on-line visando uma prévia identificação dos bens. Em seguida realizamos entrevistas semiestruturadas com colaboradores moradores das comunidades de Casa Amarela. Após as etapas de reconhecimento dos patrimônios passamos a fazer visitas de campo a cada bem, a fim de registrar e analisar arqueologicamente e arquitetonicamente, pensando a ocupação, os usos e implicações na conservação para compreendermos as relações estabelecidas. Seguimos com uma pesquisa de documentação histórica para cada bem e com a escrita do inventário. Ao cruzarmos as fontes, elaboramos um texto para cada bem trazendo as análises, as falas dos moradores e recortes de documentação. Por fim, o inventário foi

disponibilizado nas redes sociais e sua versão física entregue nas bibliotecas das escolas estaduais e na biblioteca pública do bairro.

A principal motivação do coletivo em registrar a memória do bairro se deu devido ao atual processo de apagamento da origem de Casa Amarela. A divisão do bairro ocorrida em 1988 foi uma manobra política de desmobilização, visto que para além da sua grande dimensão territorial o povo de Casa Amarela era conhecido por ser organizado e combatente frente ao poder público. Durante o século XX várias foram as disputas travadas pelas associações de moradores, estes conseguiram legalmente alterar relações de poder entre classes sociais na disputa travada contra as imobiliárias.

Eletricidade, água encanada, calçamento das ruas, escadarias, escolas públicas, coleta de lixo, saneamento básico, transportes, não são simples serviços ofertados pelo poder público, mas conquistas sociais travadas a partir do combate travado entre os moradores e a Prefeitura. Os bens que consideramos como patrimônios, ou seja, instrumentos políticos capazes de contar a nossa história, estão diretamente relacionados a essas conquistas sociais. Destacamos aqui a que consideramos a maior das conquistas, a que ainda hoje se constitui na principal luta desse povo frente aos sucessivos movimentos de expulsão, a moradia.

Mocambos na Grande Casa Amarela

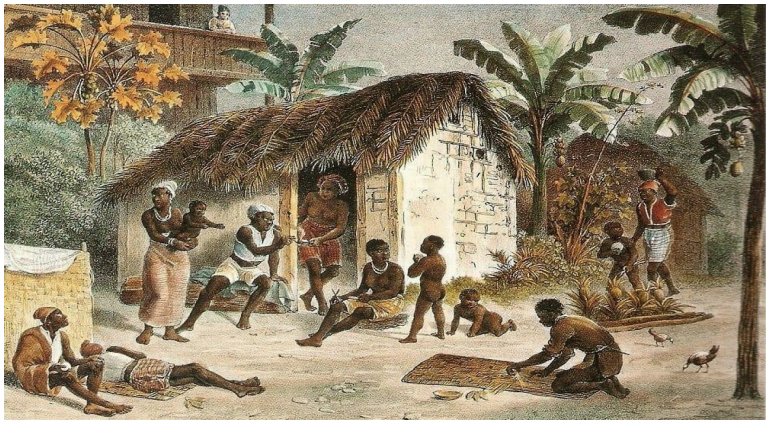
No início do século XX os morros da Zona Norte do Recife serviram de refúgio para os trabalhadores da Zona da Mata e para a população que residia nos mocambos do centro (São José e Santo Antônio) e foi expulsa com o processo de higienização, sobretudo com o Programa da Liga Social contra os Mocambos no governo do interventor Agamenon Magalhães, de 1939. Estes, ao ocuparem os morros, construíram novamente os mocambos. As pessoas que viviam nessas habitações careciam de infraestrutura básica, apresentando baixos índices sociais, de forma que as dificuldades a que esse povo esteve submetido criaram um ambiente de luta, confronto e de resistência. Assim, a partir da década de 1930, assistimos ao nascimento de diversas associações de moradores e organizações sociais que atuaram principalmente durante o período democrático de 1955 a 1964.

Incompatível ao discurso de modernidade, o mocambo era sinônimo

do atraso colonial. Antes disso, a tecnologia que forjou esse tipo de construção faz parte da cosmovisão africana. Ou seja, tecnologia própria dos indivíduos vindos nos dois principais fluxos migratórios originários/ descententes de populações de negros escravizados. A construção e a forma de integração entre os mocambos são, portanto, de aquilombamento. "O nome quilombo tem origem do quimbundo e significa *união*, ou reunião de acampamentos" (Lopes, 1988, Apud SILVA; DIAS, 2020, p. 3). Entendemos assim, "a representação do quilombo, como território que reorganizou as práticas africanas no Brasil associadas à resistência" (SILVA; DIAS, 2020 p. 2).

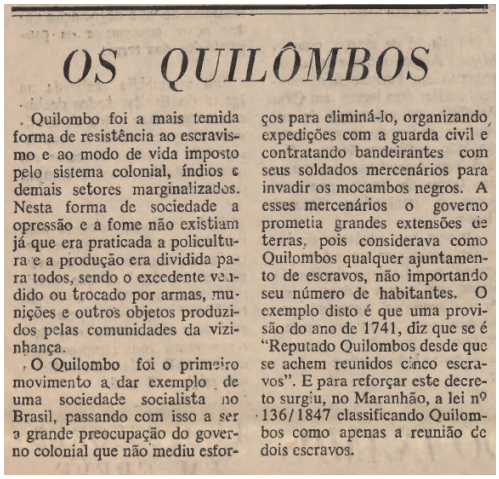
Arquitetonicamente, o mocambo se caracteriza como vernacular por utilizar material construtivo local (regional) e disponível, se adaptando ao ambiente. Sua base para as técnicas construtivas, ou seja, o modo de fazer, é a tradição. Havia ainda a figura do fazedor de mocambos, que pode ser comparado ao mestre de obras.

Figura 1 - Iconografia que representa os quilombos do Nordeste – Jean-Baptiste Debret.



> A taipa de pilão, utilizada nas construções de paredes e alicerces, é produzida a partir da massa crua de terra ou, às vezes, misturando com esterco, fibras vegetais, óleo e sangue animal. Socada no pilão, a massa forma uma parede que tem em média 40 centímetros de espessura, com madeiras que são denominadas taipas. [...] O pau a pique, mão de taipa ou sopapo, é uma técnica de construção muito próxima à taipa de pilão e consiste em paus organizados perpendicularmente, combinados a varas colocadas paralelas ao solo, amarradas com cipó, fibras vegetais ou couro, formando um trançado que é preenchido com barro. Essas técnicas são comuns no Norte da África, na África Oriental e Central (SILVA; DIAS, 2020, p.9).

Figura 2 - Recorte de jornal



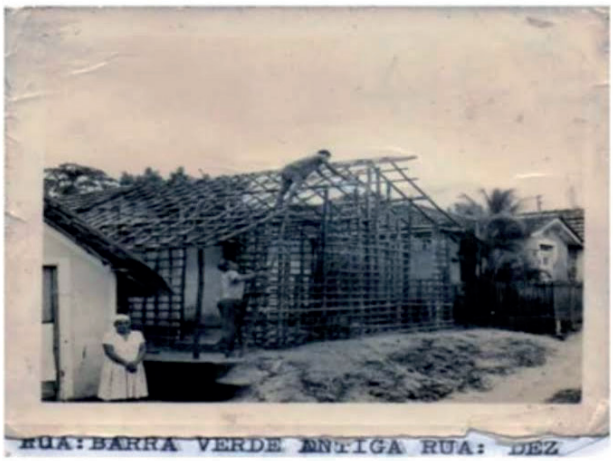
OS QUILÔMBOS

. Quilombo foi a mais temida forma de resistência ao escravismo e ao modo de vida imposto pelo sistema colonial, índios e demais setores marginalizados. Nesta forma de sociedade a opressão e a fome não existiam já que era praticada a policultura e a produção era dividida para todos, sendo o excedente vendido ou trocado por armas, munições e outros objetos produzidos pelas comunidades da vizinhança.

. O Quilombo foi o primeiro movimento a dar exemplo de uma sociedade socialista no Brasil, passando com isso a ser a grande preocupação do governo colonial que não mediu esforços para eliminá-lo, organizando expedições com a guarda civil e contratando bandeirantes com seus soldados mercenários para invadir os mocambos negros. A esses mercenários o governo prometia grandes extensões de terras, pois considerava como Quilombos qualquer ajuntamento de escravos, não importando seu número de habitantes. O exemplo disto é que uma provisão do ano de 1741, diz que se é "Reputado Quilombos desde que se achem reunidos cinco escravos". E para reforçar este decreto surgiu, no Maranhão, a lei nº 136/1847 classificando Quilombos como apenas a reunião de dois escravos.

Fonte: Jornal de Casa Amarela Ano II Nº 12 1987

Figura 3 - Fazedor de mocambo no Alto José do Pinho.



Fonte: Ricardo Silva, 2011.

Figura 4 - Mocambos da Ladeira do Boi, Alto José Bonifácio - Casa Amarela, década de 1940.

Fonte: Acervo FUNDAJ.

Figura 5 - Mocambos nos Morros de Casa Amarela, década de 1940.

Fonte: Acervo FUNDAJ.

Figura 6 -Remanescentes dos mocambos. Alto do Brasil, Casa Amarela.

Fonte: Diário de Pernambuco 02.08.1981

Ao longo do tempo os mocambos foram reconstruídos. Inicialmente mudaram as cobertas de capim ou palha para telha cerâmica, permanecendo a estrutura em taipa. Posteriormente, a maioria foi reconstruída em alvenaria de tijolo, mantendo a arquitetura vernacular na forma triangular.

Figuras 7, 8 e 9 - Residências localizadas nos morros da Grande Casa Amarela.

Fotos: Pollyana Calado, 2021.

"Reduto de luta, o bairro é zona eleitoral de expressivo apoio aos partidos de esquerda e, após 1964, sempre se definiu por uma oposição ao regime militar" (MONTENEGRO, 1987, p.6). No decurso do século XX, as Associações organizaram diversos abaixo-assinados contestando falta de energia elétrica, água, saneamento básico, entre outros serviços sociais. Os moradores dos morros e córregos, devido à articulação política que tinham através das associações, eram acusados todo o tempo de serem células comunistas. Foi através da Igreja que a população conseguiu burlar o Estado e se organizar novamente. O grande nome da Igreja Católica no Recife foi o de Dom Helder Câmara, que chegou no dia 11 de abril de 1964. Com as ideias da Teologia da Libertação surgiram as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), as quais também se utilizavam da pedagogia de Paulo Freire.

Figura 10 - Recorte de Jornal

Mocambo Em Casa Amarela Ameaçado De Destruição Pelo Dono Do Terreno

Ação oportuna da Prefeitura – Pelópidas ampara Etelvina – Populares auxiliam à viúva – Iniciada a reconstrução do casebre

Fonte: Diário de Pernambuco 24.07.1959 edição 166

Movimento Terras de Ninguém

É no cenário sociocultural da efervescência popular que os morros, altos e córregos forjaram o primeiro movimento urbano popular a reivindicar a posse de terras no Brasil e que mudou significativamente a forma de obter e manter propriedade nessas terras.

O Movimento Terras de Ninguém foi criado em 17 de julho de 1975, protagonizado pelos moradores de várias comunidades do bairro, com o apoio da Igreja, e teve como luta o direito à moradia. A população reivindicava o chão em que residia, frente à cobrança das famílias Marinho e Rosa Borges[5] pelo pagamento mensal do terreno em que construíram seus mocambos, o foro. Aqueles que não pagassem recebiam ameaça de expulsão do local. Os moradores afirmavam que quando chegaram só

5 Famílias que se diziam proprietárias das terras que originaram Casa Amarela. Alegavam uma herança colonial dos engenhos de açúcar de grandes proporções, mas que na prática nunca comprovaram tal propriedade. Após a ocupação dos morros e córregos, essas famílias passaram a cobrar mensalmente um valor pelo terreno em que os mocambos foram construídos.

tinha mato, eles quem limparam e aplainaram os terrenos. E que só depois de instalados que Rosa Borges e Marinho passaram a se denominar donos de toda região. Houve pressão popular para que o governo do estado reconhecesse a luta do povo. O movimento passou a figurar constantemente nas páginas de jornais, sobretudo os de bairro, mostrando a força popular.

Figura 11 - Matéria de Jornal sobre o Movimento Terras de Ninguém.

Casa Amarela

Todos lutam nas "Terras de Ninguém"

A história das terras do bairro de Casa Amarela vem se desenrolando há mais de um século, e está toda contada num livrinho de cordel, preparado pelo Movimento das Terras de Ninguém em cima dos depoimentos de alguns de seus antigos moradores.

Em versos, se conta tudo sobre o problema que atinge a maior parte da população do bairro, desde Guabiraba ao Monteiro, envolvendo Nova Descoberta, Vasco da Gama, Morro da Conceição, Córrego do Euclides, Alto Santa Isabel, etc.

Pessoas residentes no bairro há mais de 60 anos contam que, quando chegaram ali, tudo era mato, cavaram limparam e aplainaram os terrenos onde levantaram suas casas. Aí começaram as explorações, cobranças de foro ou aluguel do chão, ameaças, expulsões, agressões vindas por parte daqueles que se dizem os donos das terras, as famílias Marinho e Rosa Borges.

A luta dos moradores é encabeçada pelo *Movimento Terras de Ninguém* que, no dia 17 de julho, completa três anos de atividades junto à essa população. Os trabalhos são realizados com os moradores, que em reuniões semanais discutem e encaminham soluções para os seus problemas.

Tiramos alguns versos do folheto que está sendo distribuído na região:

Vou contar uma história
Por isso peço atenção
E imploro a luz de Deus
Pra ter mais inspiração
E ser rima fiel...
Ajudai-me São Miguel
E a Virgem da Conceição

O santo Pantaleão
No céu estava na glória...
Será que necessitava
Ou acalava essa história
De dominar terra e gente
Como patrão prepotente
E exigir promissória?

Toda a fartura de terra
Um nome novo ganhou:
"PROPRIEDADE MARINHO",
O velho assim batizou.
Para que seus descendentes
Falassem mostrando os dentes:
— Que "coronel" de valor!

Pra começo de conversa
Vamos ver Dr. Ribeiro
Da família Rosa Borges,
Gente rica e quengo alerta;
Seu pai entrou nos "Marinho"
E arranjou um jeitinho
De morar ali por perto.

rundada a IMOBILIÁRIA
Logo se fez divisão.
Leitor, esteja avisado
Pra não fazer confusão
Pois os Borges e Marinho
Fizeram seu cercadinho
Com muita organização

Mas todo mundo já sabe
Que a EMPRESA não tem
A escritura das terras
E muita gente já vem
Dizendo: — Não vou pagar,
Vão pro inferno morar!
Tou nas "Terras de Ninguém"

Mais de dois mil assinantes
Fincaram pé no baserne...
E escreveram uma carta
Para o senhor Presidente...
Todo o país vai saber.
Rádio, jornal, vão dizer
O sofrer daquela gente

— Agora daqu pra frente
"Foro" ninguém vai pagar,
Diz um velho morador,
E todos vão protestar
Contra qualquer cobrador,
A polícia, ou o doutor...
Quero ver quem vai ganhar

De raiz arrebrado
Vamos repetir a história
A das "Terras de Ninguém"
E guardar bem na memória:
Temos mais do que razão
E a desapropriação
Será a grande vitória

Jornal dos Bairros-3

Fonte: Jornal dos Bairros - Ano I nº1 Recife, junho de 1978.

Figura 12 - Material gráfico informativo

Fonte: Acervo FUNDAJ.

Por fim, em 1980, o governo reconheceu o direito da população e iniciou o processo de desapropriação das terras em prol das pessoas que ali moravam. Apesar das famílias Marinho e Rosa Borges se dizerem donas das terras, nunca foi apresentado um documento oficial que comprovasse tal propriedade. Com o Terras de Ninguém os moradores, principalmente dos morros, tiveram suas casas registradas em seus nomes. A formação das associações de moradores, que configura uma história de luta, é reconhecida pelos próprios integrantes, como o que representa Casa Amarela.

O registro material da regularização fundiária ainda hoje se vê em toda Casa Amarela, se trata de uma pequena placa metálica instalada nas residências com a sigla TP, que implica em Terreno Próprio. "Mais de 100 mil pessoas foram beneficiadas, sendo 20 mil lotes de terra desapropriados. [...] A extensão da área - cerca de 350 ha - e o elevado número de comunidades (53) compreendidas nas "Terras de Ninguém" (SOUSA, 2005, p.114).

Figura 13 - Residência com destaque para a Placa TP – Terreno Próprio.

Foto: Pollyana Calado, 2022.

Figura 14 - Residência com destaque para a Placa TP. Ao fundo observa-se a invasão dos prédios fruto da gentrificação.

Foto: Jonas Augusto, 2022.

Figura 15 - Residência com destaque para a Placa TP – Terreno Próprio.

Foto: Pollyana Calado, 2022.

Figura 16 - Residência com destaque para a Placa TP – Terreno Próprio.

Foto: Pollyana Calado, 2022.

... Era Casa Amarela, que lutava na espreita dos seus algozes, estava Casa Amarela em ebulição... Todos que faziam Casa Amarela estavam fartos de tanto arrocho e opressão... Levantou-se Casa Amarela diante do touro de bronze, de pés de barro... Desceram os morros, córregos, e alagados, e derrubaram o touro de bronze, e de pés de barro... ...Surgiu Casa Amarela em História, sua memória de lutas e sonhos, imortalizamos Casa Amarela, porque sua luta não fora em vão... (FEACA, 1988).

Considerações finais

> Poucos arrabaldes possuirão, talvez as ricas tradições a zela, na paisagem histórica recifense, como o da Casa Amarela. Não tem, é verdade, as casas vetustas debruçadas para o rio, gozando a briza amiga do Capibaribe como o Poço das Panelas, Ponte do Uchôa, Tôrre e Madalena; não é, como Dois Irmãos, um sítio frondoso, vestígio da antiga mata, cheio de tesouros e lendas; a riqueza de Casa Amarela é antes a sua gente que se esparrama pelos morros e sítios, dezde o da Conceição, o mais ilustre e mais conhecidos, até o humilde Eucalipto, dos seus córregos e brejos, desde o Bartolomeu famoso até os Macacos, cantado pela lira popular (MELO, 1962, P.2)

A Grande Casa Amarela é constituída por comunidades e subcomunidades que formaram a identidade do bairro, como Morro da Conceição, Mangabeira, Alto José do Pinho, Alto José Bonifácio, Bomba do Hemetério, Vasco da Gama, Nova Descoberta, Brejo, Macaxeira, Córrego do Jenipapo, Guabiraba, Brejo da Guabiraba.

Enxergamos na forma de resistir a continuidade da luta, característica primeira do bairro. Luta pela história e pela memória do que fez o bairro de Casa Amarela ser reconhecido como lugar popular, feito por trabalhadores e trabalhadoras que agora em diversas manobras econômicas tentam apagar. Não coincidentemente, é exatamente a população residente nos remanescentes de mocambos a que mais sofre com o racismo ambiental materializado nos deslizamentos de barreiras, no corrente ano, 2022, foram 128 vítimas fatais, 61.596 desalojados e 9.631 desabrigados[6], em Recife. Grande parte dessas pessoas são moradores dos morros e córregos da Grande Casa Amarela.

Por ser Casa Amarela um reduto de luta e subversão, acreditamos que construir novas narrativas acerca de sua história é uma forma de resistir ao atual processo de apagamento promovido pela disputa territorial, de quem pertence ou não ao bairro. Ao elegermos os mocambos como patrimônios históricos adentraram no debate sobre os direitos humanos e o direito à cidade, pela garantia da sustentabilidade, pensando o ambiente a partir da ótica cultural.

Inventariar a Cultura Material do bairro, que tem diariamente assistido transformações urbanísticas sem um adequado planejamento paisagístico,

6 Fonte: g1.globo.com 05.06.2022 disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2022/06/05/mais-de-71-mil-pessoas-ficam-desalojadas-ou-desabrigadas-apos-tragedia-das-chuvas-em-pe.ghtml#:~:text=Al%C3%A9m%20das%20128%20mortes%20provocadas,oito%20dias%20depois%20dos%20temporais>

foi a forma que o Coletivo Casa Amarela é O bairro encontrou para registrar um conjunto patrimonial que está fisicamente e simbolicamente ameaçado. Visto que, compreendemos o registro da memória coletiva como ferramenta sociopolítica de resistência comunitária. Em vista disso, a preservação dos mocambos contribui para a manutenção da identidade e da memória desse povo no reconhecimento de seu território.

Cada vez mais casas antigas estão sendo derrubadas para dar lugar a prédios ou a construções comerciais. Um projeto de uma nova Casa Amarela está em curso. Para alguns se trata da famigerada "modernidade". Entretanto, o novo nem sempre quer dizer moderno, seja no aspecto estético, funcional ou ideológico. Muitas vezes o novo é a maquiagem ideal para um processo de limpeza étnica e social. Quando não sempre, as requalificações urbanas excluem do seu processo de instalação e funcionamento os agentes que daquele espaço faziam uso ou se reconheciam socialmente. A partir da leitura do Patrimônio Cultural como um instrumento político de barganha e negociação social, nosso interesse é ampliar essa discussão para dialogar mais sobre a formação do bairro, mostrando sua origem e suas conquistas sociais, visando novos futuros.

REFERÊNCIAS

FEACA. **Casa Amarela Memórias, Lutas e Sonhos**. Departamento de Memória da Federação das Associações, Centros Comunitários e Conselhos de Moradores de Casa Amarela. Pedro Noé Batista organizador. Recife, 1988.

LIMA, T. A. **Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais**. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 6, n. 1, p. 11-23, jan.- abr. 2011.

MELLO, C. "Casa Amarela sua história e seu povo", por Clóvis Melo (Especial). **A Hora**, 17/02/1962, p. 2.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **Fotografias Urbanas** – o debate da memória. XIV Simpósio Nacional de História. 1987.

MONTENEGRO, Antônio Torres. História Oral e Memória: **A Cultura Popular Revisitada**. SÃO PAULO: CONTEXTO, 1994.

SILVA, Lucas Cesar Rodrigues; DIAS, Rafael de Brito. **As tecnologias derivadas da matriz africana no Brasil: um estudo exploratório**. Linhas Críticas, Brasília, DF, v. 26 (2020), p.15.

SILVA, Ricardo Leite**. Alto José do Pinho: ocupação, instituição e práticas culturais 1940-1960** / Dissertação de mestrado em História – UFPE, Recife. 2011.

SOUSA, Isauro. **REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DAS "TERRAS DE NINGUÉM"** A Semi-Formalização em Novas Bases. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Urbano. Recife, UFPE. 2005.

VENTURA, Ieda; MONTENEGRO, Antônio Torres. **Casa Amarela: Memórias, Lutas, Sonhos.** Recife: Gráfica Inojosa, 1988.